

A cultura das teles

domingo, 21/2/2016

o globo | 15

O GLOBO

VERISSIMO

'Miscasting'

A crise e as investigações da Lava Jato não são manuseadas pelo mesmo manual. Enquanto a Lava Jato investiga, o Judiciário investiga. Enquanto a Lava Jato investiga, o Judiciário investiga. Enquanto a Lava Jato investiga, o Judiciário investiga.

Comçando por talvez, o exemplo mais evidente de sua atual mobilidade é o filme de Walter por um papel de George Clooney. Sim, isso é verdade. John Wayne tem um tradicionalmente cetera pela história do "Hábito de Deus", mas não mudou o seu jeito de atuar, como se a Europa asiática fosse uma extensão do Oeste americano. No filme, George Clooney interpreta uma primeira vez a história que aparece dramaticamente inapropriada para fazer parecer mais autêntico, se aplica a um papel. Mas não é George Clooney, também, quem se dá a tarefa, de sorte que tudo acaba bem.

Outro exemplo notável de miscasting foi Martin Scorsese no papel de Sigmund Freud. O filme se chama "Delírio" e é o retrato da presença de Freud durante o papel título. Por justiça, deve-se reconhecer que Scorsese é um filme muito bom, mas, como se mal pudesse esperar que chegasse ao papel de Sigmund Freud, como se...

Filme Intelectual **Geórgio Depardieu** no papel de **Crístofo Colombo**, com o ator **Francis e Paulo**, **Passos** o filme **aportando** que ele, **em** **ver** **a** **Novo** **Mundo**, **exclamasse** "Uhu!"

CADABRÊS

A cultura das teles

Em nenhum país do mundo, incluindo o liberalíssimo Estados Unidos da América do Norte, a cultura sobreviveu ao ataque da França e China, dos países ocidentais aos asiáticos, conforme os costumes de cada um deles. No Brasil, desde anos atrás, escolhemos o modelo de incentivo fiscal, adaptado a cada país, com o intuito de promover o desenvolvimento do país.

A cultura dos países é muito simples. A cultura de um país é muito simples.



715 empresas se fortaleceram com essa política de incentivo, criando uma indústria de novos empregos. A não ser que a inovação desse progresso, tornando o compromisso sustentável, seria estabelecer um diálogo com o setor privado, para o qual já se concedeu uma limitação. Há sempre espaço para novos projetos, mas a forma de fazer esse debate não pode ser a via...

Energia limpa

Cada programa mundial de infraestrutura de energia limpa é um desafio. O Brasil não é exceção. O Brasil não é exceção.

Por algum motivo, líderes julgaram que meu artigo de domingo passaria despercebido. Não sou muito conhecido, não tenho muitos seguidores. Não sou muito conhecido, não tenho muitos seguidores. Não sou muito conhecido, não tenho muitos seguidores.

Independência dos poderes

O juiz Fernando Ribeiro de Carvalho adequar aos limites, inclusive com a demissão de servidores. Não há nada de ilegalidade, 6% de aprovação deve ser suficiente para dar conta de uma comissão de 100 membros, que vive, em 2015, 1.477.763 pessoas, com uma população de 201.200.000 habitantes. De outro lado, em termos de crime, não há nada de ilegalidade, pois a comissão de 100 membros não está ligada à data de pagamento, mas sim a repasses por terceiros e cada um dos poderes e as suas atividades próprias na Constituição Federal.

De fato, o artigo 108 da Constituição determina a responsabilidade para o Judiciário. Ministério Público e Ministério da Justiça. Ministério Público e Ministério da Justiça.

De fato, no final de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro recebeu 400 milhões de reais para o Estado. Essa quantia foi enviada para o governador Luiz Fernando Pezão, porém, em maio, o governador recebeu apenas 100 milhões. De outro lado, em termos de crime, não há nada de ilegalidade, pois a comissão de 100 membros não está ligada à data de pagamento, mas sim a repasses por terceiros e cada um dos poderes e as suas atividades próprias na Constituição Federal.

Em nenhum país do mundo, incluindo o liberalíssimo Estados Unidos da América do Norte, a cultura sobreviveu sem o apoio do Estado.

A forma desse apoio varia, da França à China, dos países nórdicos aos asiáticos, conforme os costumes de cada um deles. No Brasil, desde anos atrás, escolhemos o modelo do incentivo fiscal, adaptado a cada tipo de produção cultural e conforme os interesses econômicos do estado.

A razão desse apoio é muito simples. A cultura é uma atividade poderosa de representação de cada sociedade e indispensável à formação de seu caráter. Cada grupo social, além de preservar valores universais, elabora em seu seio valores específicos, aqueles que são capazes de distingui-lo de outros, que lhe dê uma imagem e identidade. Dessas singularidades, nasce a solidariedade entre seus membros, a capacidade de se reconhecerem como únicos e se orgulharem disso.

Interessa ao Estado moderno representar uma sociedade com uma cultura poderosa, capaz de se impor como soft power no concerto das nações. O grande feito do imperialismo americano, no século passado, foi fazer com que o mundo consumisse seus costumes, filmes e canções como se fossem de todos. Através desses produtos, adotamos seu modo de vida como nosso.

Com a sofisticação crescente dos meios de produção e difusão do Audiovisual, o Estado brasileiro obrigou-se a participar intensamente dessa atividade, a fim de que o poder vindo de fora não sufoque as forças de nossa criação. E inventou a Ancine (Agência Nacional do Cinema), órgão encarregado de estimular, regular e fiscalizar o Mercado Audiovisual, cujo poder de ação se nutre da renúncia fiscal.

A mais importante delas, a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional), foi criada em 2001 por medida provisória e, a partir de 2011, com a Lei 12.485, tornou-se uma lei ordinária. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, através de incentivos fiscais e financeiros.

Com a sofisticação crescente dos meios de produção e difusão do audiovisual, o Estado brasileiro obrigou-se a participar intensamente dessa atividade, a fim de que o poder vindo de fora não sufoque as forças de nossa criação. E inventou a Ancine (Agência Nacional do Cinema), órgão encarregado de estimular, regular e fiscalizar o Mercado Audiovisual, cujo poder de ação se nutre da renúncia fiscal.

A mais importante delas, a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional), foi criada em 2001 por medida provisória e, a partir de 2011, com a Lei 12.485, tornou-se uma lei ordinária. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, através de incentivos fiscais e financeiros.

A razão desse apoio é muito simples. A cultura é uma atividade poderosa de representação de cada sociedade e indispensável à formação de seu caráter.

Cada grupo social, além de preservar valores universais, elabora em seu seio valores específicos, aqueles que são capazes de distingui-lo de outros, que lhe dê uma imagem e identidade. Dessas singularidades, nasce a solidariedade entre seus membros, a capacidade de se reconhecerem como únicos e se orgulharem disso.

Interessa ao Estado moderno representar uma sociedade com uma cultura poderosa, capaz de se impor como soft power no concerto das nações. O grande feito do imperialismo americano, no século passado, foi fazer com que o mundo consumisse seus costumes, filmes e canções como se fossem de todos. Através desses produtos, adotamos seu modo de vida como nosso.

Com a sofisticação crescente dos meios de produção e difusão do audiovisual, o Estado brasileiro obrigou-se a participar intensamente dessa atividade, a fim de que o poder vindo de fora não sufoque as forças de nossa criação. E inventou a Ancine (Agência Nacional do Cinema), órgão encarregado de estimular, regular e fiscalizar o Mercado Audiovisual, cujo poder de ação se nutre da renúncia fiscal.

Carlos Minc é deputado estadual (PP/RJ)

Cerca de 89% dos recursos arrecadados pelo Fundo Setorial do **Audiovisual**, administrado pela **Ancine** para investir na atividade, vem da Condecine das Teles, um mecanismo que, entre 2013 e 2015, segundo manifesto da atividade, gerou 306 filmes de longa-metragem, 433 séries e telefilmes, 739 obras que correspondem a 2.867 horas de programação. Só de 2014 a 2015, 713 empresas se fortaleceram com essa política de investimento, criando uma infinidade de novos empregos.

As teles agora ameaçam com a interrupção desse progresso, rompendo os compromissos assumidos, sem estabelecer um diálogo ou propor alternativas de repactuação, ao entrar com um mandado de segurança contra a Condecine, para o qual já foi concedida uma liminar.

Há sempre espaço para novos pactos, mas a forma de travar esse debate não pode ser a violência unilateral de uma ação judicial; é preciso que todos os interessados se sentem à mesa, para rediscutir o mecanismo. "Essa ação das teles", declara **Manoel Rangel**, presidente da **Ancine**, "é um raio em céu azul, à procura de causar tempestades em um setor que, até aqui, vinha conseguindo trafegar na contramão da crise".

Se a liminar for cassada, como deve ser justo que aconteça, o Fundo Setorial do **Audiovisual** terá, em 2016, R\$ 1,135 bilhão da Condecine (bem menos que o total das isenções oferecidas à indústria automobilística que engarrafa e polui nossas ruas), para aplicar na produção de todas as tendências do **Audiovisual** brasileiro, dos grandes sucessos populares, como "Loucas para casar" e "Até que a sorte nos separe", aos filmes com reconhecimento artístico, como os recentes "O menino e o mundo", candidato ao Oscar deste

ano, ou "Que horas ela volta?", triunfo internacional premiado no Festival de Berlim. O **Audiovisual** brasileiro poderá seguir reproduzindo com generosidade a diversidade do país, a respeitar o gosto do público e dar apoio aos que desejam mudá-lo.

Não é razoável que um setor da atividade econômica relevante como é o de telecomunicações, o quarto ou quinto maior de nosso PIB, num momento de grande dificuldade para o país, diga simplesmente que não tem nada a ver com isso. _____

Por algum motivo, leitores julgaram que meu artigo de domingo passado pregava o fim da Petrobras. Não sou louco, não desejo isso. Só não concordo que a Petrobras seja a alma do país e muito menos a sua salvação. A Petrobras não é o futuro, assim como o futuro não é o petróleo. _____ Valeu, Pezão. O governador exonerou o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do estado, Ezequiel Teixeira, que declarou ser a homossexualidade uma doença como a Aids e o câncer, propondo a "cura gay". Se ele ficasse, seria mais ou menos como ter Fernandinho BeiraMar no cargo de secretário de Segurança Pública do estado.

